

FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE IVINHEMA-MS

FORMATION OF THE SPACE AGRARIAN OF THE COUNTY IN IVINHEMA-MS

FORMACIÓN DEL ESPACIO AGRARIO DEL MUNICIPIO DE IVINHEMA-MS

Thiago da Silva Melo
Universidade Estadual de Londrina
thiago_dasilvameo@yahoo.com.br

Resumo

O município de Ivinhema localiza-se no sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, distante 290 quilômetros da capital, Campo Grande. O objetivo desse artigo é caracterizar o processo de formação de seu espaço agrário, evidenciando como se deu a concessão das terras e colonização, levantando dados gerais sobre a estrutura fundiária bem como, sobre os conflitos que envolveram a disputa pela terra, utilizando um recorte temporal do período entre 1950-1985, de modo que possamos obter um panorama geral da questão agrária após as primeiras décadas de constituição do município. Como metodologia, foi realizada revisão bibliográfica e levantamento de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde os dados do Censo Agropecuário forneceram indicadores gerais sobre a estrutura fundiária e as relações de produção em Ivinhema.

Palavras chave: Formação espacial; Luta pela terra; Ivinhema.

Abstract: The Ivinhema municipality located in the southwestern state of Mato Grosso do Sul, 290 km distant from the capital, Campo Grande. The aim was to characterize the process of forming its agrarian space, showing how was the granting of land and colonization, raising general data on land ownership as well, about the conflicts surrounding the dispute over land, using a time frame the period 1950-1985, so that we can get an overview of the agrarian question after the first decades of municipal constitution. The methodology was carried with out literature review and survey from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), where the Census of Agriculture data provided general indicators of the agrarian structure and the relations of production in Ivinhema.

Keywords: Formation of the space; Struggle for land; Ivinhema.

Resumen

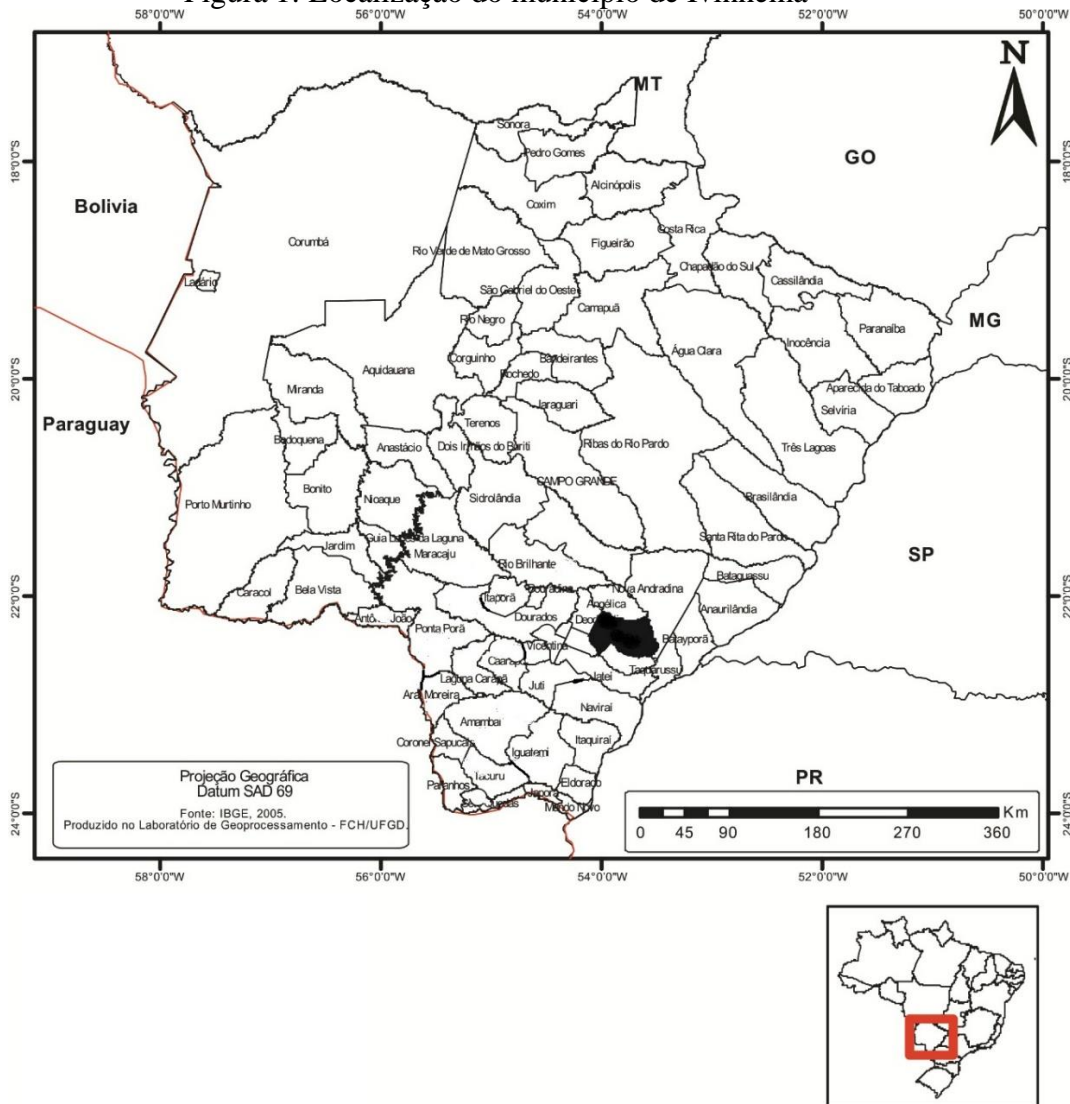
El municipio Ivinhema ubicado en el sudoccidental estado de Mato Grosso do Sul, a 290 km de distancia de la capital, Campo Grande. El objetivo fue caracterizar el proceso de formación de su espacio agrario, que muestra cómo era la concesión de tierras y colonización, levantando los datos generales sobre la propiedad de la tierra, así, acerca de los conflictos que han involucrado a las disputas por la tierra, el uso de un marco de tiempo el período 1950-1985, por lo que podemos obtener una visión general de la cuestión agraria después de las primeras décadas de la constitución municipal. La metodología se realizó revisión de la literatura y de datos de la encuesta del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), donde los datos del Censo de Agricultura presentó indicadores generales de la estructura agraria y las relaciones de producción en Ivinhema.

Palavras clabe: Formation del espacio; Lucha por la tierra, Ivinhema.

INTRODUÇÃO

O município de Ivinhema foi fundado em 1961 e localiza-se no sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, a 290 quilômetros da capital, Campo Grande, tendo como municípios limítrofes: Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Angélica e Deodápolis (Figura 1).

Figura 1: Localização do município de Ivinhema-



Seu processo de ocupação se inicia nos anos 1950, no contexto da integração nacional para dar sustentação a industrialização na região sudeste, onde a região sul do então estado de Mato Grosso passou ter a função de produzir matérias-primas para a indústria e alimentos para o consumo da população.

O projeto de colonização foi delegado pelo Estado à empresa privada Companhia de Melhoramentos e Colonização S.A (SOMECO). Os reflexos desse modelo de colonização imposto no processo de formação do município serão abordados no decorrer desse artigo, demonstrando como interferiram diretamente na produção espacial e social, por isso, o trabalho se justifica na medida em que para se compreender a atual configuração desse espaço agrário é necessário conhecer a sua origem e finalidade para a qual foi constituído, pois, como nos aponta Santos (1994, p.16): “o espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural.”

Para nortear a pesquisa será utilizado o conceito de espaço difundido por Santos (1978) que o define como a acumulação desigual de tempos, indo de encontro com a preocupação de compreender a formação do espaço agrário ivinhemense o entendendo como processo contínuo.

Outro conceito balizador será o *território*, pois, assim como aponta Raffestin (1994, p. 2) o território é “... um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder”.

De forma geral, o objetivo do presente artigo é caracterizar o processo de formação do espaço agrário de Ivinhema, evidenciando como se deu o processo de concessão das terras e colonização, levantando dados gerais sobre a estrutura fundiária e as relações de produção, bem como, sobre os conflitos que envolvem a disputa pela terra.

Um dos momentos primordiais durante o processo de investigação científica foi a metodologia empregada. Segundo Nossa (2005) esta etapa compreende-se como um processo interligado de procedimentos, convergidos na problemática do acesso, tratamento e emprego dos dados e informações.

A metodologia deve ser construída tendo em vista alguns elementos como: a definição dos tipos de dados a serem utilizados, os meios como os coletamos, a exploração, análise e interpretação dos mesmos e por fim, a validação das hipóteses levantadas.

Como metodologia, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental em jornais, revistas, sites, biblioteca e Centro de Documentação Regional (CDR). No que diz respeito ao levantamento de dados, as informações foram coletadas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde os dados do Censo Agropecuário forneceram indicadores gerais sobre a estrutura fundiária e as relações de produção no município.

Da Terra Prometida ao cativeiro da terra: a chegada e a vida dos camponeses

Para se entender como ocorreu o processo de formação do espaço agrário ivinhemense é necessário ir além do discurso hegemônico da chegada do progresso e desenvolvimento apregoado que até hoje está presente em muitos livros e no imaginário de grande parte da população, evidenciando os tensionamentos e as contradições presentes nesse processo.

Seu processo de colonização deve ser compreendido no contexto de integração nacional e no processo de industrialização na região sudeste que se iniciou a partir da década de 1930, no qual a região sul do então estado de Mato Grosso passou ter a função de produzir matérias-primas para a indústria e alimentos para o abastecimento da população paulista:

A necessidade de incorporação de novas áreas ao processo produtivo visando a dar sustentação ao desenvolvimento urbano-industrial do Brasil levou o governo a voltar suas atenções para o oeste do país, com medidas que garantissem sua ocupação e inserção produtiva. (MIZUSAKI, 2009, p. 53)

Nas décadas de 1940 e 1950, o governo do então presidente Getúlio Vargas intensificou a incorporação de novas áreas ao processo produtivo para dar continuidade e sustentação à industrialização no Brasil e proteger as fronteiras.

Em um primeiro momento, o Estado liderou esse processo, sendo que as terras eram concedidas prioritariamente a agricultores e camponeses sem terra, vindos principalmente do nordeste do país, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi organizada nesses moldes de pequena propriedade. Devido ao grande número de imigrantes que recebeu e a precária infraestrutura administrativa em atender todas as demandas, grande parcela dos colonos não permaneceram na terra, evidenciando a não realização da reforma agrária a que se propôs, como nos aponta Abreu:

Nesse sentido, esse projeto de colonização preconizado como um “projeto social” se atraiu o pequeno agricultor, não proporcionou condições para que ele permanecesse na terra, expulsando-o, da mesma forma, do campo, normalmente para centros urbanos (para viver como bóias-fria), ou ainda para outras fronteiras. (ABREU, 2001, p. 59)

Para muitas pessoas restou uma nova partida e a esperança de através de sua luta e persistência conseguir terra para plantar e reproduzir seu modo de vida, pês migrantes que continuavam sua caminhada em busca de um pedaço de chão.

Com sua incapacidade e desinteresse o Estado delegou à iniciativa privada a incumbência de realizar novos processos de colonização, empresas como a Companhia Viação São Paulo - Mato Grosso, Companhia Moura Andrade e Companhia de Melhoramentos e Colonização S.A (SOMECO) assumiram esta responsabilidade ainda no governo de Getúlio Vargas:

No governo varguista, a política da Marcha para o Oeste estimulou a criação de várias companhias de colonização, com o objetivo de ocupar os “espaços vazios” e garantir que pequenos colonos adquirissem um pedaço de terra, haja vista, que esta política visava uma

“redistribuição de terra” para a agricultura familiar, por meio da compra de propriedades das empresas de colonização. Todavia, não foi bem assim que aconteceu, pois ao invés de favorecer a compra de terra para os pequenos agricultores, fez aumentar os latifúndios. (JUNIOR, 2014, p. 3)

A Companhia de Melhoramentos e Colonização S.A (SOMECO) ficou responsável pela colonização da área onde posteriormente surgiu o município de Ivinhema, tendo adquirido 80.000 alqueires de terra e vendendo posteriormente a colonos vindos principalmente das regiões nordeste sul e sudeste. Apesar da região sul do então estado de Mato Grosso ter sido considerada como um grande “vazio demográfico” (ABREU 2001), existem estudos que comprovaram a presença de populações indígenas muito antes do processo de colonização na região ter sido iniciado:

Deve-se ressaltar que, antes mesmo da chegada dos primeiros colonizadores na segunda metade do século XX, a região conhecida como Vale do Ivinhema era habitada por vários grupos indígenas, sendo que havia um intenso tráfego fluvial das populações indígenas e coloniais pelo rio Ivinhema. (MOREIRA, 2012, p. 3)

Houve também a exploração dessas terras durante muitas décadas pela Companhia Mate Laranjeira e muitos moradores já habitavam esta região depois da presença dos indígenas, no caso de Ivinhema há relatos de ocupação no atual distrito do município, Amandina, no início dos anos 1950: “Amandina era, aparentemente, um posto de abastecimento que devia servir aos poucos moradores da região”. (ANTÔNIO, 2013, p. 7)

O fato de já haver moradores na região foi ignorado pela SOMECO que revendeu as terras para colonos vindos principalmente do sul e nordeste do país, estes foram atraídos pelo discurso apregoado pela colonizadora de fácil acesso a terras férteis e baratas onde se teria um futuro garantido, atraindo para Ivinhema centenas de famílias de camponeses expulsas de seus lugares de origem.

O próprio nome dado ao município evidencia um conjunto de significados que fazem alusão ao lugar ideal para se viver, uma vez que a palavra “Ivinhema” é de origem indígena e tem como tradução “Terra Prometida”, termo utilizado na bíblia para descrever o local para o qual os judeus caminharam durante décadas em busca do paraíso na Terra.

Esse discurso de fácil acesso a terras e o lugar ideal para se viver utilizado pela SOMECO para atrair colonos interessados em adquirir através de compra as terras fica claro ao analisarmos a fala de Dona Vitalina, uma das centenas de camponeses que migraram para Ivinhema com a esperança de ter sua terra para produzir e sobreviver com a família:

Quando chegamos aqui, procuramos a SOMECO para comprar umas terras e eu falei pra eles assim: essas terras não têm rolo? Responderam que não. Eles falaram que eu podia pagar as terras até com ovos de galinha. (CORTEZ, 1985, p. 54)

A facilidade parecia ser tão grande que até com ovos de galinha seria possível efetuar o pagamento das terras, alimentando o sonho de milhares de camponeses que vendiam a pouca terra que tinham e migravam sonhando com a possibilidade de uma vida melhor e a permanência na terra. No entanto, as facilidades de acesso à terra em Ivinhema duraram pouco tempo.

Após os primeiros pagamentos houve atraso nas parcelas, devido à quebra de safra em decorrência de uma estiagem naquele ano, a colonizadora recusou receber posteriormente, exigindo as terras de volta mesmo que os colonos com muito sacrifício conseguissem juntar dinheiro para o pagamento, devido a uma das cláusulas contratuais que não permitia o atraso.

Só em 1971, assim como Dona Vitalina mais de 600 colonos foram expulsos de suas terras por este motivo, perdendo também o que já haviam pagado.

Na realidade o que explica este fato foi a valorização no preço das terras, a colonizadora as revendia novamente a preços mais altos para fazendeiros pecuaristas que tinham maior poder aquisitivo e se interessavam na compra para a criação de gado.

Iludidos e sem possibilidade de retorno ao lugar de origem centenas de camponeses ficaram presos no cativeiro dessa nova terra e para sobreviver se viram obrigados a trabalhar em fazendas onde era cedido apenas um pequeno espaço de terra para que pudessem cultivar seus alimentos e morar com sua família, em

troca empregavam sua força de trabalho no desmatamento e formação de pastagens e dividiam sua produção com o fazendeiro, o que demonstra que na prática nunca houve lugar para eles cultivarem a própria terra:

Pelo modo como a terra estava sendo apropriada, no entanto, não havia lugar para aqueles trabalhadores, não. Ou melhor, lugar havia, mas somente para trabalhar para os outros, e continuar sem terra, como antes. (LENHARO, 1986, p. 48)

Era o início do processo de formação dos latifúndios e sujeição do trabalho camponês, definindo a configuração do espaço agrário de Ivinhema e as relações de mando e poder estabelecidas sobre o espaço.

Além da mão de obra camponesa era comum ainda a utilização de trabalhadores nordestinos através da empreita para o desmatamento e depois para a formação de pastagens era utilizado o serviço do meeiro:

Quando a abertura era realizada com mão de obra empreitada, utilizava-se o meeiro para etapa seguinte, a formação de pastagem. Aquele recebia a cedência da terra por dois ou três anos para cultivar suas roças de milho, feijão, arroz e, menos frequentemente, algodão. O resultado da colheita era dividido com o proprietário. Através desse sistema, este último garantia os recursos necessários para a aquisição das sementes de forragem que seriam semeadas pelos meeiros após o término do período de cedência da terra.

No final desse processo, o proprietário obtinha uma fazenda com pastagem artificial formada a um custo reduzido. O restante – a aquisição de rebanhos, currais e demais infraestruturas – era garantido pelos financiamentos do Banco do Brasil. (SILVA, M.C.T. 1992, *apud* MIZUSAKI, 2009, p. 55 e 56).

Podemos perceber que o papel do Estado não se limitou a delegar às companhias a responsabilidade pela colonização da região, em um segundo momento, passou ter a função de agente financiador das infraestruturas necessárias ao funcionamento das propriedades que surgiam à medida que o processo de colonização acontecia.

Participando diretamente através dos mais diversos subsídios e incentivos para a implementação dos latifúndios no município para um seletivo grupo enquanto a maior parte dos camponeses continuava sem acesso à terra.

A territorialização do latifúndio e da pecuária

Em Ivinhema ocorre uma situação comum à maioria dos municípios de Mato Grosso do Sul: a concentração de vastas extensões de terras sob o domínio de um reduzido número de proprietários e contrariamente um grande número de proprietários com pequenas áreas de terras (MIZUSAKI 2009).

Esse predomínio das grandes propriedades está diretamente ligado à forma de colonização do município, que como já dito se deu através de companhias colonizadoras privadas. No caso de Ivinhema, a SOMECO, que adquiriu terras particulares e do governo, que posteriormente, foram vendidas a fazendeiros pecuaristas de São Paulo e Paraná. (FABRINI, 2014).

A Tabela 1 evidencia o cenário de concentração fundiária nos primeiros anos posteriores à fundação do município:

Tabela 1- Município de Ivinhema-MS
Número de estabelecimentos por grupos de área total.

ANO	MENOS DE 10		10 A MENOS DE 100		100 A MENOS DE 200		200 A MENOS DE 500		MAIS DE 500	
	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA (HA)
1970	865	4260	718	15754	11	1494	15	4324	18	132158
1975	1414	7210	835	17986	30	4018	15	4393	30	156811
1980	1086	5678	957	23312	49	6842	46	13776	36	173041
1985	735	3796	893	24259	61	8797	47	15253	39	165713

Fonte: Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980 e 1985 IBGE.
Organização: Thiago da Silva Melo.

Evidenciando que o município já surgiu sob esse quadro de estímulo à formação e predominância de latifúndios, o Censo Agropecuário de 1970 apontou que os extratos com menos de 100 ha comportavam 97,3% dos estabelecimentos existentes e ocupavam somente 12,7% da área total, enquanto que 87,3% da área total estavam sob o controle de menos de 3% dos estabelecimentos que possuíam mais de 100 ha. O censo seguinte, de 1975, mostrou o crescimento da área ocupada e número de estabelecimentos de todos os grupos pesquisados. Esse fato ainda se deve ao processo de povoamento do município com a chegada de imigrantes e a consequente abertura de novas propriedades. No entanto, em termos proporcionais, a concentração fundiária persistiu, uma vez que o número de estabelecimentos com menos de 100 ha correspondia a 96,8% do total, ocupando apenas 13,2% da área, enquanto os estabelecimentos com mais de 100 ha ocupavam 86,8% da área possuindo apenas 3,2% dos estabelecimentos.

Em 1980, a concentração fundiária no município torna-se ainda mais crescente tendo em vista a diminuição do número dos pequenos estabelecimentos devido ao avanço das áreas de grande propriedade como vimos na tabela.

Em 1985 os estabelecimentos com menos de 100 ha representavam mais de 90% do total, ocupando uma área de menos de 13%, enquanto menos de 10% dos estabelecimentos tinham uma área de quase 90% do total.

Isso evidencia que entre 1970 e 1985 o número de estabelecimentos acima de 100 ha mais que triplicou enquanto que as propriedades com menos de 100 ha perderam quase 30% do número de seus estabelecimentos entre 1975 e 1985, reflexo da tomada de terras de colonos por parte da SOMECO e da revenda a fazendeiros e pecuaristas, que então formavam seus latifúndios no município.

Dessa forma, a opção pelo latifúndio para a colonização de Ivinhema deve ser compreendida em um contexto mais amplo onde a política do Estado, que historicamente, busca privilegiar as elites em detrimento da maioria da população cria mecanismos para possibilitar a viabilidade das grandes propriedades:

A ausência de uma política de apoio ao desenvolvimento da pequena propriedade e as condições sociais imperantes no campo contribuíram para que, na prática, o Estado excluísse da propriedade da terra uma parcela importante da população e assegurasse mão de obra barata e abundante para outra parcela da população. Essa constatação reforça a ideia de que a abundância de terras era um dado relativo e socialmente determinado. (SILVA, L.O. 2008, p. 360).

Assim, após o processo de desmatamento e formação de pastagens, muitos rendeiros e parceiros foram obrigados a deixar as terras, restando o trabalho como peões nas fazendas ou a procura de outras formas de sobreviver tornando-se trabalhadores livres, porém, desprovidos do meio de produção (terra), sendo obrigados a vender sua mão de obra muito barata, por ser abundante. E assim, se tem as condições

fundamentais para a formação da propriedade embasada nas relações capitalistas de produção através do trabalho assalariado, conforme nos salienta Oliveira (2007, p. 59-60):

As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. Devem estar livres de todos os meios de produção. Esse processo se assenta na expropriação dos meios de produção dos trabalhadores.

Dessa forma, a disponibilidade de grandes extensões de terra para a compra por parte de capitalistas e a mão de obra abundante ajudaram a criar as condições ideais para a formação e consolidação das grandes propriedades em Ivinhema.

A permanência do quadro de exclusão do acesso à terra e concentração fundiária interferem diretamente na dinâmica da (re) produção do espaço agrário do município ao longo de sua história.

A característica das propriedades que se dedicam à pecuária extensiva são as grandes extensões, cujos poucos proprietários detêm a maior parte das terras férteis do município. A esses proprietários interessa unicamente extrair a renda da terra e o lucro gerado pela atividade nela desenvolvida.

Por isso, o cultivo de lavouras e a produção de alimentos sempre estiveram em segundo plano, sendo direcionada para a agricultura uma quantidade bem menor de terras em relação à pecuária. O cultivo de lavouras se localiza majoritariamente no reduzido número de pequenas propriedades camponesas, onde a produção de gêneros alimentícios é o objetivo primordial no trato com a terra.

Essas características das propriedades se refletem no arranjo espacial do município e mais do que isso, no poder de mando exercido sobre o território, uma vez que esses grandes proprietários exercem forte influência junto ao Estado para obter os mais diversos tipos de subsídios.

Em contrapartida, o campesinato esbarra muitas vezes na falta de políticas do Estado que visem uma distribuição justa da terra e que garanta as condições necessárias à sua sobrevivência. Porém, essa classe resiste mesmo sem grande apoio graças à sua capacidade de resistência, que permite com que ela se reproduza e se recrie.

O arranjo desigual das propriedades ivinhemenses fica claro também quando observamos o percentual das terras que são destinadas a pastagens e as que são destinadas a lavouras:

Tabela 2- Município de Ivinhema-MS
Utilização das terras entre 1970-1985.

ANO	LAVOURAS (PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS)	PASTAGENS	MATAS E FLORESTAS	TERRAS EM DESCANSO OU NÃO UTILIZADAS
	PORCENTAGEM	PORCENTAGEM	PORCENTAGEM	PORCENTAGEM
1970	7,6%	46,4%	45,2%	0,8%
1975	10%	63%	26,5%	0,5%
1980	*	*	*	*
1985	7,4%	81,5%	10,6%	0,5%

*Dados indisponíveis

Fonte: Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985. IBGE.
Organização: Thiago da Silva Melo

Como podemos perceber, as áreas designadas para a pastagem e conseqüentemente para a pecuária extensiva são as mais relevantes. Esse dado é um dos que evidenciam novamente a concentração fundiária como nos aponta Mizusaki ao fazer a seguinte afirmação: "A apropriação capitalista do território tem sua expressão também na configuração fundiária do Estado, que foi sendo constituída por grandes latifúndios (terras com mais de 1.000 ha) onde se desenvolve a pecuária". (MIZUSAKI, 2009, p. 60).

As atividades ligadas à agropecuária foram concebidas como a “vocação” e função do município, nas primeiras décadas de sua formação no contexto da divisão territorial do trabalho.

A priorização do desenvolvimento da agropecuária baseada na grande propriedade marcou a configuração do espaço agrário ivinhemense, gerando diversas contradições no campo. Uma parcela crescente de população sem terra e miserável à margem de direitos mais básicos como alimentação, saúde e educação além do acesso à terra.

Essa opressão, não só em Ivinhema, mas, em todo o Estado de Mato Grosso do Sul somada ao retorno dos Brasiguaios¹ gerou uma pressão por parte de movimentos sociais no campo, desencadeando a luta dos camponeses através das ocupações de terras.

A volta do sonho da Terra Prometida: luta e resistência camponesa

No início da década 1980, com a conclusão da formação das pastagens, muitos meeiros e parceiros perderam a cedência da terra por não apresentarem mais utilidade para os grandes pecuaristas, os poucos que continuaram vivenciaram o aumento da precarização nas condições de trabalho e vida.

Esse mesmo período marcou a volta de milhares de brasiguaios vindos do Paraguai pela impossibilidade de permanência no país vizinho pelos fatores que nos aponta Fabrini:

Acosados pelos agronegócios muitos camponeses brasiguaios acabaram entregando suas terras para o pagamento de dívidas contraídas. Os agronegócios tornaram os camponeses altamente dependentes, sobretudo pelos vínculos financeiros e cobrança de juros regidos pelo preço do dólar que foram estabelecidos. Assim, houve um fechamento da possibilidade da manutenção na terra de pequenos agricultores brasileiros em território paraguaio. (FABRINI, 2014, p. 5 e 6)

É nesse cenário de tensão provocado pela de concentração fundiária, superexploração do trabalhador e sua exclusão do acesso a terra, desemprego e pressão pela reforma agrária que começam os primeiros conflitos e a resistência camponesa.

Os conflitos começaram a emergir devido a ineficiência do governo em promover políticas públicas que visassem solucionar a questão agrária no Estado, analisando-se a conjuntura política no momento fica mais fácil entender as relações de poder estabelecidas.

No período entre 1980 e 1983 o estado era governado por Pedro Pedrossian, um dos maiores latifundiários de Mato Grosso do Sul nomeado pela ditadura militar, sendo clara a defesa dos interesses de classe, o que não se alterou com a mudança no governo de Wilson Barbosa Martins, também defensor da oligarquia latifundiária.

Sem alternativa de negociação, trabalhadores rurais dos municípios de Mundo Novo (a maioria deles brasiguaios), Iguatemi, Itaquiraí, Eldorado, Fátima do Sul, Caarapó, Naviraí, Deodópolis, Dourados, Ivinhema, Angélica, Batayporã, Angélica e Taquarussu começaram a se organizar e pensar estratégias de ocupação com o objetivo de pressionar o Estado.

O local escolhido para a ocupação foi a fazenda Santa Idalina em Ivinhema, que possuía extensos 18 mil hectares totalmente ociosos de posse da Sociedade de Melhoramentos e Colonização – SOMECO.

Vindos dessas diversas regiões do estado mais de mil trabalhadores rurais sem terra promovem a primeira ocupação organizada no estado de Mato Grosso do Sul em 29 de Abril de 1984, tendo como principal apoiador a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

¹ Segundo Albuquerque (2012, p. 191): “O termo brasiguaiio adquire vários significados durante as três últimas décadas. A palavra surgiu em 1985 no contexto da primeira volta organizada de brasileiros que tinham migrado em décadas anteriores para o Paraguai e que estavam voltando ao território brasileiro para reivindicar a reforma agrária. Naquela ocasião, ser brasiguaiio era geralmente visto como alguém que passou por um duplo processo de expulsão, ou seja, foi expulso do Brasil pela própria lógica da concentração fundiária e também do Paraguai, pois não conseguiu melhorar de vida no país vizinho. De uma maneira geral, brasiguaiio pode ser visto como sinônimo de imigrante brasileiro ou descendente que vive ou viveu no Paraguai. Trata-se de uma categoria nativa em disputa. Muitos imigrantes não aceitam ser chamados de brasiguaios, pois o termo tem adquirido uma carga negativa de um lado e outro da fronteira.”

Figura 2: Trabalhadores rurais sem terra na ocupação da Fazenda Santa Idalina



Foto: Lino Bambil, abril de 1984

A reação por parte da colonizadora foi imediata exigindo a saída dos camponeses do local, o clima era de apreensão e não demorou para a polícia chegar ao local e cercar o acampamento localizado às margens do rio Guiray, a entrada de mais pessoas foi proibida e a saída dos que ali estavam restringida.

A polícia foi extremamente truculenta exercendo grande pressão psicológica nos camponeses com armas empunhadas e constantes ameaças de abrirem fogo contra os mesmos, desempenhando o papel de jagunço da SOMECO.

Existia forte relação entre o Estado e a SOMECO, esta última ajudava até a equipar a polícia, sendo que durante a ocupação houve até o deslocamento de um avião da empresa para sobrevoar a região, mais uma tentativa de intimidar e desarticular o movimento.

O que se viu naqueles dias foi a crescente precarização das condições humanitárias dos camponeses que ali resistiam: proliferação de doenças devido ao intenso frio, alimentação precária e fome, falta de lonas para a construção dos barracos e agasalhos para aquecer, não havendo nenhuma assistência médica nem remédios para os enfermos.

A situação se agravou ainda mais quando dois pistoleiros executaram a sangue frio o advogado dos camponeses, sendo levados a julgamento posteriormente e absolvidos, escancarando a violência do latifúndio e a impunidade daqueles que mandam matar.

Por fim, o desfecho dessa ocupação ocorreu em 14 de maio de 1984 quando os camponeses ali presentes foram despejados sem ter para onde ir e de forma truculenta pela polícia que àquela altura já fechara o cerco à comunidade e deslocara todo seu contingente para a região munida de cassetetes, metralhadoras e fuzis.

A saída dos sem-terra que ainda resistiam foi de forma pacífica e sem nenhuma reivindicação atendida por parte do Estado que os tratou como meros invasores, buscando mascarar e ocultar a grande massa de camponeses sem terra gerada por um Estado latifundiário.

O episódio na fazenda Santa Idalina deve ser lembrado como um marco do início da articulação e a organização popular em Mato Grosso do Sul de camponeses no sentido de pressionar os governos e expor a grande desigualdade social e as condições de vida desumanas na qual se encontravam:

Do episódio de Santa Idalina ficaram lições que jamais podem ser desprezadas, como a capacidade de organização popular, por mais que fossem “teleguiados por forças estranhas” conforme afirmaram vários políticos na ocasião da ocupação da gleba. (CORTEZ, 1985, p. 1)

O que ressurgia era o sonho da terra prometida que apesar do passar dos anos não havia sido esquecido, o desejo de um chão para plantar, criar os filhos e reproduzir seu modo de vida ficaram evidentes como forma de resistência frente ao avanço do latifúndio, monocultura e trabalho assalariado nas terras de outrem.

Não se constituindo em um acontecimento isolado, mas, se relacionando com a problemática da questão fundiária no país, demonstrando a capacidade de organização e resistência camponesa frente às injustiças sociais que se impunham, transformando o estado aparentemente passivo em ativo na luta pela terra e por melhores condições de vida:

A ocupação da gleba Santa Idalina em Ivinhema não é um fato isolado no contexto da problemática brasileira relativa à terra. A medida organizada e adotada por mais de mil trabalhadores apreensivos por um espaço para plantar, produzir para a família e fazer oferta ao mercado consumidor mostrou a transformação de estado passivo em ativo de pessoas que há muito vêm sendo expulsas de seus “habitats”. (CORTEZ, 1985, p. 1)

Abrindo caminho para a posterior criação do Assentamento Padroeira do Brasil na cidade de Nioaque, com uma área de 2.200 hectares, recebendo cerca de 470 famílias muitas delas ex-acampadas em Santa Idalina, resultado da luta pela terra e da pressão exercida sobre o Estado pelo movimento camponês.

Posteriormente, a própria fazenda Santa Idalina de posse da SOMECO, palco do embate entre camponeses sem terra e o latifúndio também teve seus extensos 18 mil hectares ociosos desapropriados para dar lugar a lotes com 25 hectares e chácaras com 6 hectares, o nome dado a gleba foi Novo Horizonte, sendo uma nova esperança para inúmeras famílias que durante muito tempo migraram sem destino e sem caminho.

O assentamento se desenvolveu rapidamente atraindo pessoas, comércio e serviços, impulsionando a luta pela emancipação política que ocorreu em 30 de abril de 1992, 8 anos após a ocupação, sendo criado o município de Novo Horizonte do Sul, evidenciando a possibilidade de uma distribuição de justa de terras que beneficie a maioria da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formação do espaço agrário de Ivinhema, foi marcado por uma relação de privilégios na concessão das terras, sendo fator determinante para a concentração fundiária e a exclusão dos camponeses do acesso à terra.

A luta e a resistência assim como as conquistas do movimento camponês também tiveram a sua influência na configuração espacial do campo ivinhemense, demonstrando sua capacidade de organização e ação.

Dessa forma, foi possível encontrar e identificar os principais elementos que contribuíram para a formação do espaço agrário ivinhemense, possibilitando a constituição de um panorama geral da questão agrária no município, contribuindo para futuros estudos que serão realizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: A SUDECO no espaço Mato-grossense: Contexto, propósitos e contradições*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). USP, São Paulo, 2001.

ALBUQUERQUE, Jose Lindomar Coelho. Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: O atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil). *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, vol. 3, num. 2, p. 185-205, 2012.

ANTÔNIO, Rogério Ribeiro. Reforma agrária: as medidas paliativas do governo federal no vale do Ivinhema/MS (1950 e 1960). In: *Revista Pitágoras*, v.4, n.4. FINAN - Nova Andradina/MS, dez/mar 2013.

CORTEZ, Cacia. *A travessia do rio dos pássaros: Ocupação da gleba Santa Idalina em Ivinhema/MS*. Curitiba: JADA - SEGRAC, 1985.

FABRINI, João Edmilson. Camponeses e agronegócio brasileiro na fronteira entre Brasil e Paraguai. In: *Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*, 2014, Vitória-ES, VII CBG: A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos, 2014.

JUNIOR, Nelson de Lima. Uma longa caminhada na luta pela terra: os brasiguaios na ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema-MS. In: *Anais do V Seminário Internacional América Platina*, 2014, Dourados-MS, V SIAP: América Platina: fronteiras de diversidade, resistências e rupturas, 2014.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 47-64, mar-ago, 1986.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. *Território e reestruturação produtiva na avicultura*. Dourados-MS: UFGD, 2009.

MOREIRA, Danilo Leite. Dos espaços “vazios” ao processo de colonização particular: uma breve história do processo de ocupação do sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. In: *Revista Pitágoras*, v.3, n.3. FINAN - Nova Andradina/MS, dez/mar 2012.

NOSSA, Paulo Nuno Maia de Sousa. *Abordagem Geográfica da Oferta e Consumo de Cuidados de Saúde*. Tese (Doutorado em Geografia) – Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2005

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

_____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas: Unicamp, 2008.